

MICROSCÓPIO

Presidencialismo e Militarismo

Pretendendo negar a evidente relação entre o presidencialismo latino-americano e as intervenções militares, afirmou o cronista ser este, no Brasil, um fenômeno comum ao Império e à República e não, depender, portanto, do sistema de governo. Seria uma coincidência nacional. Aí está uma proposição certa, quando tomada na sua generalidade, mas falsa, falsíssima, desde que se analisem os fatos. Houve, realmente, no primeiro Reinado, pronunciamentos militares; manifestou-se no fim do segundo Reinado a "questão militar", que levou à proclamação da República. Entre as duas fases, verificou-se, porém, um longo período de paz, em que incontestado e completo foi o predomínio do poder civil. Considerava-se, então, o Brasil a única nação policiada da América Latina.

Não se deve, pois, à monarquia em si mesma, esta quadra feliz, mas, evidentemente, a um fator a ela posterior. Qual foi ele? Simplesmente a prática do sistema parlamentar, que se gerou pelo costume, em oposição à letra da Constituição Imperial. Estabelecido um governo sensível aos movimentos de opinião, no qual as quedas de gabinete substituíam com vantagem os motins e revoluções, removidas estavam as causas capazes de justificar movimentos armados. Quem quiser convencer-se disto nada mais terá de fazer senão ler duas obras notórias e infelizmente esgotadas da nossa história política: "Sistema Parlamentar", de Olimpio Ferraz de Carvalho, e "Política Geral do Brasil", de José Maria dos Santos.

É certo que a "Questão Militar", que acarretou a República, ocorreu em plena vigência do sistema parlamentar. Mas quem afirma que o presidencialismo, ou, de modo mais geral, o governo pessoal e irresponsável favorece as manifestações militares, com isto não quer dizer que éle seja a sua causa única: outras existem, como as guerras, das quais uma das consequências mais funestas é, justamente, a exaltação do militarismo. Quem se sacrificou, ou supõe ter-se sacrificado pela pátria, imagina haver adquirido o direito de impor-lhe a sua vontade. Isto, exatamente isto, foi o que se verificou no Brasil, após a Guerra do Paraguai, como demonstrou José Maria dos Santos, ao estudar magistralmente, em seu citado livro, a gênese da Questão Militar. Foi esta um fenômeno aberrante no Segundo Reinado e fenômeno produzido por uma causa poderosa e perfeitamente determinada; ao passo que na República presidencial se passou já a considerar normal e inevitável a interferência das Classes Armadas na vida política do País.

Erram, portanto, erram clamorosamente os que, supondo neste país uma incapacidade orgânica para o exercício da democracia, querem erigir o Exército no verdadeiro poder político da Nação. Nem o Exército o deseja, nem a Nação o requer, desde que a esta se faculte o meio de governar-se.

RAUL PILLA